

ESTUDO SOBRE O PAPEL DOS ATORES SOCIAIS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Antonio Carrera Trigo¹

RESUMO

Neste artigo buscou-se ressaltar a importância da Responsabilidade Social como prática empresarial que permite uma melhor visualização do empoderamento das empresas no mercado contemporâneo, uma vez que, estas práticas modernas dizem respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral. Vale ressaltar que neste tempos pós neoliberais onde o papel do Estado ficou atrofiado, coube às organizações e sociedade a iniciativa de cobrir parte deste papel, como forma de suplementar políticas governamentais, ao tempo em que amenizam os imensos problemas sociais que ainda persistem, melhoram a imagem empresarial e permitem buscar a sua perpetuidade.

Palavras Chaves: Responsabilidade Social. Sustentabilidade. Cidadania

ABSTRACT

In this article sought to highlight the importance of social responsibility as a business practice that allows a better visualization of empowerment companies in the contemporary market, since these practices relate to the modern performance of the duties and obligations of individuals and businesses to society in general. It is noteworthy that neoliberals post time where the role of the state is stunted, fit organizations and society the initiative to cover part of that role, as a way to supplement government policies, at the same time alleviate the immense social problems that still persist, improve corporate image, and let get its perpetuity.

Keywords: Social Responsibility, Sustainability. Citizenship

¹ Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Administrador. Professor da Faculdade Visconde de Cairu

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social é uma prática, segundo o qual, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo e sustentável. Com base nesses pressupostos, a gestão das empresas não pode, e/ou não deve, ser norteadada apenas para o cumprimento de interesses dos seus proprietários, mas também pelos de outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.

Está-se diante de uma realidade onde o conflito de interesses é marcado por práticas inadequadas de consumo de bens e serviços, interesses de investidores e proprietários que exigem resultados cada vez mais significativos desconsiderando uma realidade que aponta para uma crise generalizada de empobrecimento, degradação social, ambiental e moral. Este empobrecimento reflete um nível crescente de endividamento que resulta em perdas patrimoniais e morais causadoras do aumento de problemas sociais.

Este artigo expressa como objetivo geral apresentar o contexto da responsabilidade social e a sua institucionalização e a atuação governamental, empresarial e da sociedade. Tem como objetivos específicos: a) demonstrar os surgimentos das novas práticas organizacionais no que tange as ações de responsabilidade social; b) apresentar as práticas de responsabilidade social que suplementam o papel do Estado e o atendimento as exigências sociais.

Hoje a empresa pode ser percebida como um instrumento das transformações sociais que estão ocorrendo, com ascensão de papéis inovadores, inimagináveis, trinta anos atrás. Justifica-se, então, o estudo da prática da Responsabilidade Social que faz parte dessas novas ações empresariais que decorrem não só, mas

basicamente, em consequência da inexistência de medidas que objetivam a diminuição das desigualdades sociais por parte do Estado. Percebe-se claramente um crescente processo de exclusão, quando não se proporciona à população, o acesso às novas tecnologias e a educação, que facilitariam ingresso as novas formas de trabalho.

Desta forma, a questão norteadora busca saber em que medida a ausência do Estado ou o redesenho das novas ações empresariais influenciam a institucionalização da Responsabilidade Social?

Compatibilizar a crise financeira atual com os investimentos sociais, talvez seja um dos maiores desafios, ou seja, vencer a contradição aparente entre, a sobrevivência e o crescimento, através da implementação de modelos de sustentabilidade. Essa seria a essência da responsabilidade social, onde a busca de um redesenho econômico, não impede a busca de um modelo inovador das estruturas empresariais.

Assim, aquele modelo de capitalismo que tinha como objetivo o lucro máximo apoiado na lógica de que o desenvolvimento seria a ferramenta capaz de proporcionar o bem estar social, parte de pressupostos superados, de que os recursos naturais são olhados como insumo de um processo produtivo e estes seriam inesgotáveis. Essa sustentabilidade se apóia em um espectro mais amplo e não apenas a dimensão econômica ou ecológica, mas também de aspectos éticos, culturais e sociais. Todavia esta visão está longe de obter unanimidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de Responsabilidade Social

A seguir são apresentados vários conceitos de Responsabilidade Social, cuja abordagem proposta é olhar a Responsabilidade Social não só apenas partir de suas dimensões, mais também mostrando um mosaico do ponto de vista de suas atuações institucionais.

Considerando que a Responsabilidade Social se caracteriza fundamentalmente pela coerência ética, a empresa e seus entes através de suas práticas, poderiam inferir que alguns confundem Responsabilidade Social com “Ações Sociais”. Isso nos remete para uma visão reducionista do papel da Responsabilidade Social.

Para os especialistas verifica-se que não existe um conceito unanimemente aceito, entretanto é questão pacífica, que empresas que atuam em dimensões diversas, como a ética, aspectos legais, sociais, meio ambiente comunidade e respeito pelas pessoas, estão praticando a Responsabilidade Social. (PINHEIRO, 2006, p 24).

Verifica-se, pois, que o conceito de Responsabilidade Social está ligado á percepção de que decisões e atividades vinculam-se á resultados alcançados diante de um universo mais amplo do que sócios e acionistas.

Numa visão semelhante é o que se vincula doutrinariamente à corrente do *stakeholders* para quem a Responsabilidade Social representa a idéia de organização interagida, como conjunto de pessoas que interagem com a sociedade. (KRAMER, 2006)

Na internet, o Instituto Ethos (2008) como forma de divulgar o entendimento da Responsabilidade Social apresenta o conceito abaixo:

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios na empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de outros interesses das diferentes partes acionistas, funcionários, prestadores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente, e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. (FERREIRA 2002)

Segundo Srour (2003, p.49) “A Responsabilidade Social” remete a cidadania organizacional nas empresas e a direitos sociais no âmbito nacional e resulta de um processo político de pressões, exercido por contrapartes organizadas.

Outros autores têm uma visão voltada para a cidadania como Camargo (2001, p.93):

A Responsabilidade Social ”concretiza-se por meio das atitudes, comportamentos e práticas positivas e construtivas, que contribuem para concretizar o bem comum e elevar a qualidade de vida de todos, ou seja,

implica o estreitamento do vínculo das empresas com a comunidade por meio de ações que supram suas necessidades.

Para Silveira (2002, p.93), “a Responsabilidade Social é o dever que a administração tem em estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir caminhos de ações que são fundamentais em termo de valores e objetivos da sociedade.

Tinôco (2002, p 114) afirma que:

[...] o conceito de Responsabilidade Social Corporativa está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das companhias alcançaram um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas (*Shareholders*).

Por outro lado autores como Formentin (2006) afirma que:

A Responsabilidade Social “é um conceito em construção, pois parte de uma visão de geração de lucro, para uma visão, de que além da lucratividade deve-se preocupar também com as práticas que se ocupam com os diversos segmentos envolvidos na atividade empresarial”.

Para Melo Neto e Froes (2001, p.31) “a Responsabilidade Social é a conduta que vai da ética nos negócios as ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com acionistas, fornecedores e clientes”.

Ainda Melo Neto e Froes (2001, p.98);

A cidadania empresarial é um novo conceito decorrente de um movimento social internalizado por diversas empresas e que tem como objetivo conferir uma nova imagem empresarial àquelas que se convertem em tradicionais investidores de projetos sociais e com isso conseguem obter seus diferenciais competitivos.

Também Julian (2002, p.1) “empresas que empreendem ações voltadas a aspectos sociais e ambientais tem ganho econômico de maior tempo de atuação empresarial a longo prazo, o que motiva seus investidores”

Por fim não se pode prescindir do olhar apurado de Passos (2004, p.165) para quem, “A Responsabilidade Social pressupõe conceitos e compromissos das empresas, com mudanças sociais.

Esse olhar, além de buscar a evolução do conceito e suas práticas, apresenta a questão a partir do significado do termo filantropia, que segundo ela traz,

impregnado a idéia de caridade, mas que na percepção de outros pode ter um significado diferente: a dimensão da “cidadania empresarial”.

Considerando que neste campo os conceitos estão sendo construídos à medida que as práticas estão sendo desenvolvidas, a autora acima, envereda pela necessidade de se aprofundar a questão do estreitamento da atuação dos papéis das “esferas públicas e privadas” (PASSOS, 2004, p.167) definindo claramente qual papel de cada esfera envolvida.

Passos (2004, p.167), afirma que, “existem os casos do falso exercício da Responsabilidade Social” nos quais as empresas envolvidas objetivam através da divulgação, a obtenção de ganhos econômicos, distorcendo o compromisso que a verdadeira Responsabilidade Social deve ter com as práticas da cidadania, destacando que o significado último de Responsabilidade Social é ético, o que exige a internalização através da consciente dimensão dos seus atos. (PASSOS 2004, p,167).

Diante do espectro de conceitos de Responsabilidade Social, merece destaque a preocupação de se incorporarem aspectos mais amplos, explicitado através de atitudes que mostram atuações específicas na sociedade.

Verifica-se também dentre dessa visão que o estado por si só, não consegue atender as demandas sociais, principalmente pela falta de recursos, mas também por que o Estado é ineficiente na implementação de políticas e práticas sociais. Diante dessa constatação, tanto o olhar de Ashley (2003) “que possa contribuir para melhoria de qualidade de vida da sociedade”, (ASHELY, 2002, p.6-7) como o pensamento Rico 1998 [...] que pressupõe uma concepção de empresa que é co-responsável pelo bem estar da comunidade, Melo e Rico (1998,p.38) mostrando claramente que o papel da empresa ultrapassa a função econômica atendendo também a interesses subjacentes a atividade empresarial.

Dentro dessa perspectiva caminhou-se para práticas recomendadas por alguns autores que seguem a linha das práticas cidadãs de algumas empresas que se baseiam em valores socialmente transparentes cujas ações contribuem para o

desenvolvimento social, a sustentabilidade ambiental dentro das atividades econômicas.

Entretanto pode-se constatar que embora essas práticas tenham se avolumado nos últimos tempos, longe estão de atender as reais e prementes necessidades sociais da grande parcela da sociedade. Muito pelo contrario, existe uma longa trajetória a ser percorrida pelas atuações sociais, para que possam ser resgatados os desequilíbrios estruturais.

Por esta razão as empresas devem ter reflexões que sejam capazes de se transformarem em ações que permitam separar os patamares de doação ou filantropia e conseguiu provocar uma onda capaz de mudar os rumos sociais da grande massa desassistida.

2.2 A Institucionalização da Responsabilidade Social

Nas sociedades contemporâneas, as percepções e as práticas sociais voltadas para os fenômenos do analfabetismo e da falta de qualificação profissional têm sofrido significativas transformações.

Assim, quer como resposta às mudanças colocadas pelo capitalismo tardio ou pela assim chamada globalização (Bauman, 2008, p.21), quer como aspectos de um novo paradigma da carência educacional, que caracteriza os países em desenvolvimento, as políticas públicas e as gestões sociais na atualidade parecem distanciar-se significativamente do legado utópico da modernidade ao tornarem-se paulatinamente menos acessíveis e discriminatórias.

Tais transformações são ainda mais significativas, pois não se limitam ao campo da carência educacional, mas incidem sobre as formas mais gerais de ajustamento dos indivíduos em sociedade, ou seja, na saúde, na segurança, na geração de emprego e renda, na habitabilidade, enfim, na construção da cidadania.

Como afirma Almeida (2002, p.11), o esgotamento dos modelos convencionais de ação social e cidadania, na atualidade, apontam para transformações mais amplas

nos diferentes modos como os indivíduos governam a si mesmos e aos outros, na vida social contemporânea.

Diante de tais transformações, e no âmbito das políticas de gestão social, o desafio maior consiste em buscar formas alternativas de disseminar o desenvolvimento social através da educação, formas essas compatíveis com a afirmação dos valores democráticos e com a expansão da cidadania. (BAUMAN, 2008, p.23)

Tais questões se colocam ainda de forma mais aguda no Brasil, pois a exclusão social, nas suas mais diversas formas, continua sendo um dos principais desafios colocados para as sociedades latino-americanas.

O resultado a que se chega é que a sociedade, ao excluir a maior parte de sua população do pleno exercício dos direitos civis e sociais, acaba se constituindo em “democracia sem cidadania” (PINHEIRO, 2006, p.17).

Se as políticas públicas de gestão social não vêm alcançando a totalidade da população carente, iniciativas privadas, voltadas para o desenvolvimento sócio-comunitário têm sido estimuladas, uma vez que, pode avançar na diminuição desses fenômenos sociais.

Observou-se, assim, a necessidade de transformações na estruturação de uma nova realidade no país, corroborando com os estudos apresentados por Pinheiro (2006, p.20);

Primeiramente, aconteceu o reconhecimento do importante papel do terceiro setor na solução de nossos problemas sociais. A década de noventa registrou a emergência do terceiro setor que, ao se colocar ao lado do Estado e do setor privado, acabou por redesenhar a nossa tradicional imagem da sociedade, passando de um modelo bi-setorial para uma dimensão tri-setorial. Este fato significou o reconhecimento e inclusão de milhares de organizações da sociedade civil nas reflexões sobre o papel que cada setor poderia exercer na construção de uma nova realidade.

A partir de então, iniciou-se o processo de mudança na governança corporativa, filosófica, cultural das organizações da sociedade civil, que abandonaram o caráter assistencialista e caritativo por ações concretas e permanentes que visam a transformação das pessoas e da realidade sócio-econômica.

A insuficiente implementação das políticas públicas, permitem uma lacuna para as ações de responsabilidade social nas diversas esferas governamentais, e com a crescente exigência da sociedade por uma melhoria de qualidade de vida e bem estar social fizeram com que as organizações privadas e do terceiro setor abarcassem o papel do Estado em prol de minorar os problemas sociais.

No que se refere a institucionalização da Responsabilidade Social por estes atores sociais, vários estudos se dedicaram a analisar e avaliar as práticas de Responsabilidade Social, muito embora poucos foram os autores que tiveram a preocupação de se aprofundarem nos aspectos etimológicos da institucionalização de suas praticas.

Aqui detêm-se no que sustenta Ventura e Vieira (2003, p.2):

A prática pode ser defendida como exercício de atividades voluntárias, que codifica e que nos rodeia, regras de conduta individual e coletiva; sistemas de direitos e deveres; relações morais dos homens entre si; exercício habitual de certabilidade da atividade de uma ação como a prática de motorista e por fim, usos constante de algo, por exemplo, pratico da língua. (VENTURA, VIEIRA 2003, p.2)

Essa afirmação leva a reflexão sobre o que alguns autores dizem, que a Responsabilidade Social como forma de prática de atuação empresarial, encontra-se com muito modismo e muitas empresas afirmam que implementam práticas de Responsabilidade Social, entretanto, como essas práticas não são institucionalizadas, são abandonadas ao primeiro revés ou obstáculo que encontram.

Nesse sentido, afirma-se que se a atuação se encontra incorporada aos valores da empresa, que a pratica reiteradamente permanentemente, está institucionalizada.

Assim a institucionalização de práticas só realmente ocorre, quando se insere o contexto da estruturação e sobrevivência organizacional como forma de legitimá-la. Dessa maneira, a legitimidade passa a ser seu aspecto central no contexto da institucionalização. As práticas são institucionalizadas, quando se refletem na estrutura de normas, crenças e valores e estas são compartilhadas no ambiente, o ambiente que a empresa interage.

Vale destacar o pensamento de Melo Rico e Fróes (1988, p.341) quando afirmam que a “institucionalização envolve a maneira pelo qual, processos sociais, obrigações ou fatos passam do status de regra no pensamento e na ação social” o que nos leva a perceber, que é através da institucionalização que grupos, práticas se perpetuam.

Verifica-se que, no decurso do processo de institucionalização nos deparamos com um momento em que se torna necessário responder às pressões, que facilitarão ou dificultarão a simulação ao dependerem dos interesses que envolvem o processo de institucionalização.

Quando, organizações influenciadoras na busca de institucionalizarem suas práticas, o fazem imobilizando estrategicamente suas redes relacionais, para fixar seus objetivos, utilizam mecanismos coercitivos normativos e também miméticos. Isso irá refletir-se no discurso institucionalizado das práticas de Responsabilidade Social e na normalização determinada pelas linhas de ação que permitam aprofundamento na operacionalização do conceito.

3 METODOLOGIA

Diante do tema estudado, das questões levantadas, dos sujeitos da pesquisa, dos pressupostos delineados, ficou definido que do ponto de vista teórico-metodológico essa análise parte das abordagens predominantemente qualitativas.

A pesquisa qualitativa, geralmente utilizada nas ciências humanas investiga um nível da realidade que não pode ser explicado pelo viés quantitativo, devido às complexidades dos seus ‘objetos’ de investigação: os seres humanos. Silva (2006, p. 34) afirma que “as pesquisas qualitativas tem se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais que permeiam a rede de relações sociais.”

Minayo (2001, p. 21-22), afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o “universo de significados, aspirações atitudes (...) o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos [...]”.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 47-51), a pesquisa qualitativa apresenta cinco características básicas, a saber:

- 1 A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
- 2 Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrição de pessoas, situações, e acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos e documentos.
- 3 A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
- 4 A análise de dados tende a seguir um processo indutivo.
- 5 O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, são foco de atenção especial pelo pesquisador.

3.1 Técnicas e Instrumentos de Pesquisa

Para atingir os objetivos apresentados nesta proposta de investigação os dados foram coletados através dos seguintes procedimentos:

a) Pesquisa Bibliográfica

Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, passo inicial de toda pesquisa científica, entendida como na perspectiva colocada por Lakatos (1999, p. 73):

A pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: radio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Para tanto, serão extremamente utilizadas às chamadas “fontes de papel”, ou seja, materiais como teses, dissertações, monografias, livros, artigos de diversas revistas; bem como material disponível em meio eletrônico no intuito de analisar a questão de investigação: De acordo com Lakatos (1992, p. 43-44) a pesquisa bibliográfica “compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação; redação.”

Gil (1999, p. 55) afirma que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

4. ESTUDO SOBRE OS INVESTIMENTOS NAS EMPRESAS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

A prática de se investir em responsabilidade social não é inovadora no País, sendo bastante utilizada em corporações transnacionais, e tem se firmado como um dos principais caminhos para o desenvolvimento de políticas de responsabilidade social nas empresas, se tornando um poderoso aliado dos seus programas de investimento social.

Os benefícios não são unilaterais, ou seja, eles são estendidos para a empresa financiadora, para os funcionários e para a sociedade assistida. De acordo com Bauman (2008, p.31), os benefícios para a Empresa, os funcionários e a sociedade, são assim descritos:

- Benefícios para a empresa:
- Fortalece a lealdade à empresa, ajudando a atrair e manter bons funcionários;
- Agrega valor ao clima organizacional;
- Aumenta a satisfação dos funcionários;
- Proporciona maior motivação e confiança para a resolução dos problemas na empresa;
- Incentiva a criatividade, a confiança, a persistência e o trabalho em grupo;
- Funcionários voluntários ajudam a garantir o bom aproveitamento de recursos doados ou investidos;
- Promove a marca da empresa e dos seus produtos ou serviços, através do reforço positivo da imagem, junto ao público beneficiado e aos seus clientes em geral;
- Favorece o maior reconhecimento e valorização dos consumidores;
- Promove resultados eficazes e duradouros com custos financeiros mínimos;
- Demonstra o compromisso da empresa com o crescimento do país.
- Benefícios para os Funcionários:
- Possibilita a prática de novas funções e o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais;
- Fortalece o espírito de equipe;

- Promove a lealdade, satisfação, respeito e admiração à empresa e ao local de trabalho;
- Estimula o crescimento pessoal.
- Benefícios para a Sociedade:
- Melhora a qualidade de vida de um grupo ou comunidade;
- Contribui para a redução dos problemas sociais.

Portanto, a Responsabilidade Social representa, no mundo contemporâneo, uma forma de condução dos negócios da empresa, tornando-a parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes *stakeholders* e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários, além de suprir as deficiências governamentais, promovendo uma melhor qualidade de vida e o exercício de uma cidadania mais responsável.

Assim necessário se faz entender a implementação de investimentos na gestão sócio-educativa para o fortalecimento da equidade social e diminuição da exclusão social.

4.1 A Gestão Sócio-educativa

Com a globalização e as exigências impostas da vida moderna, faz-se necessário o repensar de todo o processo de ensino e de aprendizagem que implica em garantir o acesso dos educandos à escola e, sobretudo sua permanência, para que seja um processo educativo ativo, que proporcione condições favoráveis para o fortalecimento de sua identidade como sujeito do conhecimento e a profissionalização.

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE), conforme define Carneiro (2008, p.12) é a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas, ou seja, com comunidades carentes que venham a fazer parte do programa da empresa. Neste sentido, a educação passa a ter um viés de integração entre

instituições de ensino, organizações e sociedade, tendo como foco o desenvolvimento cultural, social, político e econômico voltado para a comunidade.

Desde então, um número crescente de organizações vem priorizando o campo da ação sócio-educativa como parte da estratégia de suas empresas. O referencial de sucesso empresarial deixa de ser somente a capacidade lucrativa dos empreendimentos, para incluir as intervenções na transformação social como componente indispensável para o reconhecimento da organização contemporânea.

Essas rápidas mudanças se constituem nos elementos básicos para o amadurecimento das relações intersetoriais, o que possibilita a convergência de ações focadas na melhoria das condições de vida no país.

5 CONCLUSÕES

Verificou-se que o processo histórico de acumulação de capital, permitiu de forma sutil a criação novos conceitos para justificar o desemprego, a miséria, a precarização do trabalho através de terceirizados, sendo que a responsabilidade desta situação social está sendo transferida ao próprio trabalhador em todo o mundo, por não ter se qualificado, se preparado para essas mudanças, não estar apto é não estar empregável, pois não atende aos requisitos exigidos para o trabalho. Constata-se que para a escola são atribuídas novas funções como: preparar para o trabalho, possibilitar a formação da força de trabalho e assim viabilizar a inclusão social, abrindo-se mão da busca de implementações de praticas educacionais, transformadoras da realidade social

Constata-se desse modo, novos atributos para as empresas, criando esperanças de uma sociedade mais justa. Fica evidenciado ainda, que investimentos em ações socialmente responsáveis representam, para a classe trabalhadora, que existem possibilidades, para que o individuo busque mais chances de melhorias econômicas, sociais e intelectuais

Em razão da complexidade e da multiplicidade dos problemas, observou-se ser necessário integrar os diversos atores sociais e organizacionais na gestão das práticas sociais. A articulação das diversas organizações que atuam no âmbito das

políticas sociais, constituem redes sociais que exigem mudanças significativas, na lógica da gestão, tanto das organizações públicas, como das organizações sem fins lucrativos, integrando-as para atender os interesses coletivos.

As ações de Responsabilidade Social nas empresas estão ligadas à visão de se suplementar a falta de políticas públicas eficazes, que promovam uma melhor qualidade de vida à população assistida.

Neste contexto, é que se verificou a necessidade de se discutir a questão da gestão das políticas sociais, até recentemente apenas competência do Estado.

Com o surgimento da Responsabilidade Social, um novo ator é impingido nesse processo e a discussão assume outro contorno. Daí a necessidade de se entenderem as relações entre Estado e Sociedade, visualizando se é apenas dever do Estado suprir as necessidades do cidadão ou, si se deve também compartilhar essas responsabilidades com a sociedade como um todo.

As parcerias envolvendo os diversos atores sociais não excluem o Estado na gestão das políticas sociais, mas atribuem à sociedade parte da sua Responsabilidade Social. Este é um fenômeno recente, onde a sociedade com seus diversos atores, é desafiada a produzir juízos de valor e formular escolhas, não se conformando ao pré-estabelecido, mas reinventando-se e reconstruindo-se, para fazer frente a novos desafios através de deliberações coletivas.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os objetivos propostos neste estudo foram, adequadamente atendidos.

A nova relação entre Estado e Sociedade configura uma nova dinâmica, mas não altera papéis. Redefine o compartilhamento de responsabilidades. Com isso a lógica das políticas sociais deixa de ser perpassada apenas pelo dever do Estado de oferecer melhores condições de vida à população, mediante o atendimento de suas necessidades, mas de seus direitos. Com essa nova lógica, os direitos dos cidadãos não são apenas de responsabilidade do Estado, mas também da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ASHLEY, P.A. (coordenadora). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- CAMARGO, M.F. et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2001.
- CARNEIRO, L.P.C. **Cidadania, injustiça e violência**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- ETHOS. **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**. Portal disponível em: <http://www.ethos.org.br> Acesso: ago 2008.
- FOMENTINI, M. **Responsabilidade social como estratégia competitiva na formação da imagem empresarial**. Rio de Janeiro: Ática, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JULIAN, D. Investidor vê lucro no social: relatório. **Gazeta Mercantil Terceiro Setor**. São Paulo, 29 mai 2002.
- KRAMER, M.E.P. **Responsabilidade social: um olhar para a sustentabilidade**. Santa Catarina: Univale, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELO NETO, F.; FROES, C. **Gestão de responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MELO RICO, E. O empresariado, a questão social. **Rev. De Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortês, n.58, a.19, p. 24-40, 1998.

PASSOS, Elizete. **Ética e Responsabilidade Social nas Organizações**. São

Paulo: Atlas, 2004

PINHEIRO, C.M.F. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: Thompson, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. São Paulo: USP/DEA, 2002.

SROUR, R.H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TINOCO, J.P. **Balanço social**: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2002.

VENTURA, E.C.F; VIEIRA, M.W.F. **A institucionalização das práticas sociais**: uma análise da responsabilidade social empresarial no campo financeiro no Brasil. São Paulo: FERCABAM, 2003.

